

# HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE (FEBF) – DE SUA ORIGEM À CONQUISTA DA AUTONOMIA COMO UNIDADE UNIVERSITÁRIA DA UERJ.

*Lilian de Oliveira Machado<sup>1</sup>*

## RESUMO

Trata do resgate da história e a memória da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), a partir de seu surgimento à conquista de sua autonomia como Unidade Universitária da UERJ, em um breve levantamento do seu processo histórico através do uso da memória de sujeitos integrantes desse momento. O estudo teve ainda como objetivo, fortalecer a identidade desta Faculdade, enquanto primeira Instituição Superior Pública na Baixada, nos permitindo um maior entendimento de nossas raízes e cultura, valorizando nosso patrimônio. Nessa busca entrevistamos ex-professores, ex-alunos e representantes do movimento estudantil e social.

Palavras-chave: Memória, FEBF, sujeito histórico.

## INTRODUÇÃO

A FEBF surgiu na década de 60, a partir da criação de uma Faculdade no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), um dos mais importantes estabelecimentos de ensino público da Baixada Fluminense. Usou parte das instalações deste Instituto até 12 de setembro de 1998, quando foi transferida para um espaço exclusivo, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) no bairro da Vila São Luiz, também em Duque de Caxias. O desenrolar dessa história se dá com a participação de professores, ex-alunos e um representante do movimento social da época, que fizeram parte da luta pela incorporação dessa faculdade à UERJ.

Despertei-me para a escrita sobre o tema a partir de meu trabalho como bolsista do Estágio Interno Complementar no PINBA<sup>2</sup>, que tem dentre suas propostas de trabalho, registrar a Memória do curso de Pedagogia da FEBF. Este estudo culminou no desenvolvimento da minha monografia.

Os objetivos desse estudo foram: 1- Resgatar a história da FEBF a partir de pessoas que vivenciaram este momento e contribuíram para a permanência e autonomia desta Faculdade na Baixada, como Unidade Universitária da UERJ. 2- Trazer uma reflexão sobre a importância da memória individual e coletiva para o entendimento da nossa identidade social e para o entendimento do indivíduo como sujeito integrante do processo histórico, privilegiando a dimensão do vivido. 3- Contribuir para preservação da memória desta faculdade. 4- Socializar sua história de forma que estudantes e moradores da região possam ter onde ler e conhecer sua trajetória, já que a biblioteca da faculdade é aberta também à comunidade. Nesse sentido fortalecendo sua identidade enquanto primeira instituição Pública de Ensino Superior na Baixada.

---

<sup>1</sup> Graduada em pedagogia pela UERJ/FEBF. Pós-graduanda na mesma instituição.

<sup>2</sup> Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica da Baixada Fluminense

A pesquisa visou responder as questões: Como, quando e onde surgiu o curso de Pedagogia e, por conseguinte a FEBF? Como foi esse processo de conquista? Como se deu a questão da incorporação do quadro docente do Estado pela UERJ? Como relacionar memória e identidade social, mostrando para nossos alunos que somos sujeitos do processo histórico?

Ressalto ainda que, todos os entrevistados assinaram uma autorização para o uso de suas palavras nesse trabalho, como também anexar sua imagem na monografia que encontra-se disponível na Biblioteca da FEBF.

Os três autores que mais embasaram este trabalho foram Dalvi (2002) contribuindo para o embasamento histórico. Freitas (2006) que contribuiu no entendimento dos conceitos de memória e história oral e Thompson (1992) que além da contribuição conceitual, ajudou na construção metodológica desse trabalho, voltado para a memória dos sujeitos históricos.

## **A MEMÓRIA, RESGATANDO OS INDIVÍDUOS COMO SUJEITOS HISTÓRICOS**

A memória é um armazenamento de experiências passadas, ela possibilita o relembrar, o reencontrar e o pertencimento. É uma construção psíquica que proporciona uma ligação seletiva com as lembranças de fatos que foram vivenciados.

O estudo da memória nesse trabalho está sendo feito sob a perspectiva de que, através da memória temos um acesso aos acontecimentos passados e que esses fatos são evidenciados de forma mais diversificada e humana. Privilegiando o uso da memória dos indivíduos, certificaremos que somos construtores da história.

Nos últimos anos, pesquisadores de diversas áreas disciplinares vêm questionando a arbitrariedade dos modelos em que se projeta um conjunto de fatos que ocorreram no passado para elaboração de uma história. A respeito disso Thompson (1992, p.107) considera que: “(...) a evidência oral pode expor, com muito mais clareza do que documentos”. Nesse sentido um novo modelo metodológico vem sendo muito usado que é a história oral, que tem a memória como suporte, para um entendimento mais significativo do passado. Em um depoimento oral podemos conhecer de fato todo o contexto histórico do momento. Além de por, o indivíduo, que era menosprezado e ignorado, como elemento fundamental para a compreensão da história.

A História Oral é um método de pesquisa histórico e sociológico, que privilegia a memória dos indivíduos, para coletas de dados através das entrevistas, com intuito de entender o passado. Thompson (1992, p.45) afirma que “a história oral é tão antiga quanto à própria história. Ela foi a primeira espécie de história. E apenas muito recentemente é que a habilidade em usar a evidência oral deixou de ser uma das marcas do grande historiador.” Ma essa prática vem sendo muito utilizada novamente, principalmente nas ciências sociais. Freitas (2006) relembra Pierre Nora, quando este afirma que a memória é o vivido e história é o elaborado. Através do resgate da memória se constrói o passado.

Nesse sentido, como Maurice Halbwachs (2004), entendemos que a memória coletiva é aquela partilhada, transmitida e também construída pelo grupo ou sociedade, permitindo pontos de vista diferenciados ou opostos ao mesmo fato.

A respeito dessa coleta de dados de uma memória coletiva, Motta (1998) afirma que registrar a memória de uma sociedade é muito dificultoso, pois as lembranças são guardadas pelos indivíduos de acordo com suas crenças e de como cada um enxerga o mundo, portanto não há uma homogeneidade nos relatos de uma memória coletiva. A respeito disso Santos (2003, p.1) afirma que: “as memórias relacionam-se a perspectivas e códigos existentes entre

grupos de pertencimento e que elas podem fornecer dados importantes sobre contextos, processos e conflitos sociais

No processo dessa pesquisa, ouvindo os depoimentos de cada entrevistado, de lembranças emocionadas e tendo acesso a produção de Dalvi (2002), fui adquirindo um carinho muito grande pela FEBF, pelas minhas participações enquanto bolsista e enquanto aluna.

Pensando nisso, decidi-me a continuar nesse espaço que é nosso, que foi conquistado com muita dificuldade e respeito pelo nosso povo. Decidi-me inscrever na pós-graduação e futuramente quero fazer o mestrado, aproveitando assim essa oportunidade de crescer intelectualmente numa Universidade Pública, privilégio de poucos.

O que entendo disso que relatei no parágrafo anterior, é que numa pesquisa onde é usada a metodologia de entrevistas, para um entendimento maior do objeto pesquisado, estaremos nos humanizando mais. Pois o pesquisador estará conhecendo, a partir da memória do entrevistado, a história viva com todas as suas significações.

É relevante nesse momento citar o trabalho que CEPEMHEd<sup>3</sup> vem realizando nas escolas públicas que objetiva, através de grupos estudos, a conscientização patrimonial. E a proposta desse Núcleo de Memória é incentivar a pesquisa histórica das Instituições escolares, com recolhimento de documentos e fotografias, organizando seu próprio espaço museal, proporcionando o reconhecimento da criança e da professora como sujeitos históricos na construção da cidade e das lutas pelo direito à educação pública.

Voltando à especificidade da memória, é importante destacar que ela é seletiva, não dá para armazenarmos tudo em nossas lembranças, seria impossível. Não somos capazes de lembrar tudo que vivemos, a respeito disso Santos entende que:

Nós não somos capazes de lembrar com todos os detalhes nem mesmo um evento vivenciado algumas horas atrás. Se nos damos conta de que, além de ser seletiva, a memória envolve o esquecimento, podemos compreender melhor ainda a falta de controle que temos sobre ela, pois o que lembramos e esquecemos não é resultado apenas de nossas intenções e desejos declarados. Nós nos lembramos de detalhes aparentemente sem importância e esquecemos de faces, nomes e lugares que seriam fundamentais para nós. O esquecimento de experiências traumáticas pode acontecer independentemente de nossas vontades. (SANTOS, 2003, p.3)

Por isso há aqueles que se aproveitam disto, estimulando o esquecimento na sociedade de fatos importantes que poderiam comprometer a moral de certos grupos do poder. Além de outros com interesses individuais, com pretensões egoístas e autoritárias. A respeito disto Motta (1998, p.80) afirma que: “devemos estar ciente de que existem ‘projetos de esquecimentos’, coisas e fatos que não devem ser lembrados, sob pena de ser ameaçada a unidade do grupo, questionada a sua identidade, fragilizando e/ou colocando em questão o interesse comum”.

Nesse sentido devemos nos juntar com aqueles que já se mobilizam contra esse tipo de opressão, estimulando na educação uma conscientização de valorização de nossas memórias enquanto indivíduos sociais e integrantes da história, resgatando histórias subalternas, que escondem verdades bem relevantes na constituição de nossa sociedade.

Não devemos aceitar a perpetuação do conhecimento de nossas histórias somente através dos registros elitistas. Não é certo que outros nomes sejam colocados em seus lugares e os verdadeiros exemplos sejam esquecidos para sempre.

---

<sup>3</sup> Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense.

(...) a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou "vencidos" da história. À história que, tradicionalmente, esteve voltada para os heróis, os episódios, as estruturas, Walter Benjamin responde que qualquer um de nós é uma personagem histórica. (FREITAS, 2006, p50)

Nesse sentido procuro escrever um breve relato da memória desta faculdade, por pessoas que estavam lá, pessoas que viveram essa história, que ajudaram na consolidação desta faculdade pública na Baixada e seus nomes não serão esquecidos.

Assim como a comunidade da FEBF na época conquistou uma Unidade Universitária nessa região, da qual estamos usufruindo hoje e que fora vista com discriminação pelos detentores do poder entendemos que, também podemos nos mobilizar em buscar dos nossos ideais de hoje. É entendermos o passado para compreender o presente, buscando força nas conquistas passadas para nos encorajarmos para o presente. Como Bosi (1994, p.55) diz: “Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideais de hoje, as experiências do passado.”

## **FEBF: HISTÓRIA OFICIAL**

Como dito anteriormente a FEBF foi criada no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS). Este Instituto foi o berço de nossa faculdade. Então é relevante que conheçamos um pouco de sua história, pois vínculos importantes ligaram historicamente essas duas Instituições e laços afetivos foram construídos dentro desse longo período de convivência compartilhada no mesmo espaço até 1998.

Para este embasamento histórico, a dissertação de mestrado do prof. Gelson Dalvi (2002) foi de fundamental importância para toda uma linha genealógica dos acontecimentos, no entendimento de que até então é a única fonte publicada que trata desse histórico.

Mesmo fazendo esse trabalho, no intuito de mostrar a história vivida pelos indivíduos que fizeram parte deste momento, quero salientar a importância do uso dos documentos oficiais ( que encontram-se em anexo na monografia) para complementar a pesquisa. Freitas contribui para esse pensamento quando diz que:

Sem dúvida, utilizando a metodologia da História Oral produz-se uma documentação diferenciada e alternativa à história, realizada exclusivamente com fontes escritas. Entretanto, não defendo o uso exclusivo de fontes orais, por acreditar que a utilização de diversas fontes será mais enriquecedora para a pesquisa. Considero a miscelânea proposta por Ken Plummer (1983) bastante interessante. (FREITAS, 2006, p.48)

O Instituto de Educação Governador Roberto Silveira teve sua origem em 12 de junho de 1962, a partir do Decreto Estadual número 8.272 do antigo Estado do Rio de Janeiro que cria um Instituto de Educação no Município de Duque de Caxias. O seu primeiro diretor geral foi o professor Álvaro Lopes (1962-1968).

A gestão desse primeiro diretor foi de fundamental importância para esse Instituto, Dalvi aponta que:

No período 64/68, ele atravessa um fase de grande expansão institucional, tornando-se um dos mais importantes estabelecimentos de ensino público primário e médio da Baixada Fluminense. Nesse ínterim, passa a incorporar também em sua estrutura os demais segmentos de ensino que iria conformar sua singularidade: Curso de Jardim de Infância e Cursos Primário, Ginásial e Normal, comportando, ainda, a

Foi por iniciativa da Direção do Prof. Álvaro, a criação do Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), através de uma solicitação ao Conselho Estadual de Educação em 10 de agosto de 1965, originando um processo que foi aceito e regulamentado através do parecer nº 198/65 de 15 de dezembro de 1965: “(...) o Curso de Formação de Professores do Ensino Normal deverá seguir o currículo e as demais normas estabelecidas nos cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras” (Art. 8º do Parecer nº 198/68).

Em 28 de Janeiro de 1967 o Decreto Estadual nº 12.875 oficializa a criação da Faculdade de Educação no município de Duque de Caxias. É importante ressaltar que nesta época ainda não era FEBF, e sim uma Faculdade de Educação criada nesta Instituição Estadual.

No ano de 1971, por conta da Lei nº 5.692/71 este curso CFPEN foi transformado em Curso de Pedagogia passando a oferecer as habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Nessa época a Faculdade de Educação integrava o Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Os diplomas dos alunos que concluíam seu Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação do IEGRS eram emitidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Alterações produzidas em decorrência da Lei 5.540/68 - Art. 27, parágrafo 1º determinam que diplomas expedidos por unidades isoladas de ensino, isto é, faculdades não vinculadas formalmente à determinada instituição universitária, sejam reconhecidos por Unidade Pública. Desse modo, os diplomas expedidos pelo curso de Pedagogia do IEGRS, por estar ele localizado no antigo Estado do Rio de Janeiro, são reconhecidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), procedimento que se estende até 1981, quando o curso é incorporado à UERJ. (DALVI, 2002, p.95)

A incorporação desse Curso de Pedagogia à UERJ veio por conta da junção entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, resultando em um novo Estado.

A fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, decretada pela ditadura militar em 1975, resulta no novo Estado do Rio de Janeiro, que passa a contar com a sua própria universidade, a UERJ. Desse modo, a UFF fica desobrigada de continuar a proceder ao reconhecimento dos diplomas emitidos. Em consequência, a UERJ passa a assumir legalmente a função de universidade “reconhecidora”.

Em meio a tantas reivindicações o Governador do Estado na época, Chagas Freitas, envia um documento, feito pela Secretaria Estadual de Educação em 03 de novembro de 1981, que decretava pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Lei de incorporação do curso à UERJ (Lei nº 472) a partir de 1º de janeiro de 1982.

Mas na realidade houve uma enorme lentidão da UERJ em reconhecer esta incorporação e emitir esses diplomas, causando desgaste e falta de confiança na credibilidade do curso e isso foi o que mobilizou diversos grupos em busca de seus direitos como: a comunidade do próprio Curso, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), a Federação Municipal das Associações de Bairros de Duque de Caxias (MUB), o Sindicato dos Petroleiros e outros.

Esta foi a primeira das principais reivindicações desse grupo de mobilização em prol desta faculdade pública, em seguida pela permanência deste único curso superior público no Município de Duque de Caxias.

A fim de possibilitar a incorporação deste curso de Pedagogia à UERJ, o Estado colocou à disposição desta Universidade os professores do Magistério Oficial que possuindo a qualificação indispensável para o magistério de nível superior, achavam-se na data da publicação da Lei, em efetivo exercício no Curso.

Nas décadas de 80 e 90 as reivindicações do grupo a favor desta faculdade (Centro Acadêmico do Curso, professores, MUB, SEPE e outros) foram: A transformação do curso em Unidade Acadêmica, para garantir uma maior autonomia, a incorporação do quadro de docentes do Estado à UERJ e por um espaço exclusivo.

Mesmo após muito tempo do reconhecimento do curso de pedagogia pela UERJ, essa Universidade continuou contando com os professores do Estado para o funcionamento dessa faculdade, apenas em 1985 houve concurso para preenchimento de vagas de professores que se afastaram.

Na época da incorporação, havia em exercício no Curso cerca de quarenta professores devidamente habilitados para o magistério superior. Esses professores foram admitidos nos quadros do Estado por concurso público. Tiveram seus nomes e currículos submetidos ao Conselho Estadual de Educação, que os aprovou, declarando-os em condições acadêmicas para o exercício do magistério superior.

Esse documento aponta que “é questionável que a UERJ possui um compromisso ético com esses professores, que, durante um longo período de suas vidas têm estado ligados aos interesses e projetos da Universidade. Desconhecer este aspecto seria negar os mais elevados valores que devem permear a conduta da Universidade enquanto Instituição social”

Freire (2006, p.101) fala sobre a existência desse sentimento de revolta quando diz: “Falo da resistência, da indignação, da ‘justa ira’ dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.”

As principais mobilizações desse grupo em busca da transformação do curso de pedagogia em Unidade Universitária se dá no I Congresso Interno da UERJ entre 1 a 5 de outubro de 1984, quando a sessão plenária aprovou a Resolução nº 43, propondo essa transformação. Após muitos debates e discussões, a comunidade do curso de pedagogia faz um projeto com o mesmo objetivo e manda para a Reitoria em 1985. Somente em 1988, na gestão de Ivo Barbieri, a transformação do Curso em Unidade Universitária é efetivada.

Com o passar do tempo, os professores continuavam “servindo” a UERJ, prestando seus serviços de docentes no Curso de Pedagogia, agora, uma Unidade Universitária em Duque de Caxias. Eles lutavam por essa incorporação desde 1981 quando o Curso passou fazer parte da UERJ. Essa conquista só veio acontecer em 1997, quando foram incorporados em forma de quadro suplementar, na gestão do reitor Antonio Celso Pereira

Em 1991, ainda antes desta incorporação, o reitor Ivo Barbieri emitiu um ofício “devolvendo” os professores ao Estado, alegando que havia completado o quadro de docentes necessários. Este ato trouxe bastante indignação por parte destes professores, pois segundo seus depoimentos a solução desta questão foi prometida a eles em processo de campanha deste reitor. E após um período da emissão deste ofício foi aberto concurso para UERJ, para atender a necessidade de docentes na Universidade. O que leva a gente refletir sobre a

importância de ouvir os diferentes integrantes da história. Como Pollak (1989), dizia que ao privilegiar as análises das minorias, a história oral ressalta importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial".

O estudo permitiu o conhecimento sobre a criação da FEBF mostrando além de registros oficiais, a história relatada por pessoas que vivenciaram este momento. O que nos leva a refletir que através desse grupo mobilizador de professores, alunos e comunidade, adquiriu-se uma Unidade Universitária, e se não houvesse essa luta, de certo este Curso de Pedagogia seria levado dessa região.

O resgate desta memória nos permitiu analisar que estes indivíduos mudaram o curso da história, porque não se conformaram com a injustiça, não se abateram pela discriminação e não desistiram de lutar. Afirmando que somos sujeitos integrantes da história, e somos nós que escolhemos continuar oprimidos, pelas injustiças e pelas discriminações, de forma submissa ou nos posicionarmos como cidadãos possuidores do mesmo direito e capaz de intervir como sujeito histórico.

## **OS DEPOIMENTOS, PRIVILEGIANDO A DIMENSÃO DO VIVIDO**

Na busca de uma maior compreensão dessa trajetória, foram entrevistadas pessoas que a vivenciaram. São professores (incorporados à UERJ em 1997) e ex-alunos, além de um representante do Movimento Social de Duque de Caxias.

Essa busca tem o intuito de apresentar uma visão mais peculiar e diversificada deste momento, pois segundo Freitas "(...) é pela oportunidade de recuperar testemunhos relegados pela História que o registro de reminiscências orais se destaca" (FREITAS 2006, p.47)

A partir dos depoimentos apresentados pelos sujeitos desse processo, identifiquei que as principais reivindicações daquele movimento foram: manutenção deste curso superior na Baixada; incorporação deste à UERJ ; incorporação do quadro docente dos professores ; autonomia da Unidade Acadêmica e espaço físico exclusivo a esta Faculdade .

Inicialmente perguntei aos professores entrevistados, como ocorreu a incorporação do curso à UERJ e todos tiveram uma comum resposta, dizendo que ocorreu com muitas lutas dos alunos, dos professores e da comunidade, pois houve muita resistência da UERJ em aceitar esta incorporação. Segundo a professora Maria Luiza Andrade (Malu):

O Instituto de Educação não poderia continuar mantendo este curso, pois seria duplicidade, uma vez que agora o Estado tinha a UEG, obrigatoriamente tinha que se dar um jeito de resolver a questão do Instituto. A tentativa inicial foi de acabar com o curso, porém com o movimento riquíssimo de participação de professores e alunos, a UERJ se viu confrontada com essa situação, e nos acolheu, mas não de bom grado!

Foi nítida a indignação dos que responderam a essa questão:

Essa resistência a gente viu até em pontos de assistência material ao curso, problemas simples como material pedagógico, materiais didáticos, papéis, salas. Tudo era do Instituto cedido à UERJ. Só com muito trabalho, muita insistência que começaram a fornecer materiais para nós. (Prof. Afonso Senival)

Na verdade a UERJ não demonstrou interesse. Porque não era só incorporar o curso, tinha o corpo docente, os discentes, o próprio prédio. Nós só conseguimos o prédio em 1998. (Prof.<sup>a</sup> Elsa Maria Barros)

Eles não tinham vontade política de fazer esta incorporação. Houve mobilização de estudantes, passeatas públicas... (Prof. Setembrino Barros)

Havia uma resistência por parte da UERJ e de alguns políticos ligados ao governo da época. Não só a Baixada, mas o Estado do Rio sofreu muito até a fusão, Então foi com muitas lutas, muitos questionamentos, muitas mobilizações do povo que as coisas começaram vir para a Baixada Fluminense. (José Zumba- Movimento Social)

Durante essas entrevistas fui observando a importância de ouvir os atores que contribuíram para a existência desta faculdade. São depoimentos não revelados, não conhecidos.

Perguntei também aos entrevistados, como era a relação do Instituto com o Curso Superior depois da incorporação. Alguns professores e inclusive ex-alunos responderam que sentiam um mal estar, como se o Instituto tivesse certa ansiedade para que o curso desocupasse as salas. Alguns desses ex-alunos foram bem enfáticos em afirmar que a relação com Instituto era muito complicada!

Tínhamos problemas sérios, problemas inclusive administrativos, operacionais. Eu lembro que o curso só podia funcionar até uma determinada hora, nós nos sentíamos ali um intruso. As salas de aulas e o espaço físico era um empréstimo. A gente só tinha, na verdade, direito ao acesso às salas de aula no horário noturno e isso inviabilizava a existência de qualquer programa de extensão e pesquisa na unidade. (Lincoln Araújo Santos, ex-aluno)

Além das reivindicações anunciadas também era preocupação de todos a conquista de uma biblioteca adequada, como vemos no depoimento a seguir“ A biblioteca era outro grande problema, porque era dividida entre o Instituto de Educação e a Universidade, portanto dá para imaginar a precariedade para os alunos da pedagogia” (ex-aluna Nadia de Aquino).

Entendo que quando diferentes pessoas vivem um momento, elas guardam em sua memória diferentes interpretações deste instante, dependendo das experiências particulares que cada um viveu. Por isso a história oral é tão mais rica e intrigante, pois conta o fato com mais emoção, é uma história viva. A respeito disso Thompson (1998, p.110) afirma: “Assim, essa constitui importante contribuição para o estudo histórico do método científico, no qual o próprio cientista, de super- homem frio e racional, se transforma em animal mais humano e mais político.”

Nesse sentido, trago meu próprio depoimento de que quando comecei a ler sobre a história da FEBF não me empolguei tanto como no processo das entrevistas. A demonstração de alegrias e revoltas era manifestada tão intensamente pelos entrevistados, que seus olhos lacrimejavam E vendo aquela transmissão tão viva de sentimentos através das lembranças de cada fato, percebi o quanto era significativo o registro dessa trajetória da FEBF. Por vezes me encontrei com os olhos lacrimejados também por ter encontrado essas pessoas disponíveis em gravar seus depoimentos , antes que sejam esquecidos com passar do tempo.

Foi ainda perguntado aos professores sobre o grupo de mobilização que lutava a favor da permanência desta Faculdade Pública na Baixada. Foi comum a todos que as conquistas desta Faculdade se deram por conta da mobilização desses grupos compostos por alunos (Centro Acadêmico), professores e comunidade. Prof. Afonso lembrou Federação das



Associações de Moradores de São João de Meriti (ABM), MUB, SINDIQUIMICA de Caxias, SEPE, dentre outros. Esse pensamento foi também corroborado pelos estudantes:

O centro acadêmico da época tinha um peso importante para a cidade e também para as políticas internas da Universidade. Então este Centro Acadêmico Henfil construiu uma mobilização que conseguiu ter uma credibilidade muito grande diante dos alunos, então nós nos tornamos uma referência da discussão política em relação à Unidade Universitária. (Ex-aluno Lincoln Araújo Santos)

Durante os depoimentos foi destacado que o Reitor Ivo Barbieri (1988/1992) embora tenha cumprido sua palavra transformando o Curso de Pedagogia em uma Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (uma Unidade Universitária da UERJ), por outro lado quanto à questão dos professores deixou a desejar, o que fora usado na sua campanha para eleição de Reitor.

Eu sei que a gente até chegou a ser devolvido ao Estado. Houve uma luta na Justiça para gente permanecer como docentes da UERJ. Nessa época a UERJ alegou término de prazo e fez uma comunicação devolvendo a gente à Secretaria de Educação. Inclusive, os nossos salários eram diferentes dos professores da UERJ. (Prof. Afonso Lins)

Quando conseguimos a nossa incorporação, há de se destacar aí ainda que nós fomos incorporados no nível elementar, tendo Mestrado ou não, Doutorado ou não. Foi um processo na UERJ, pois eles consideravam assim: Como incorporar esse grupo de professores se não fizeram concurso para a UERJ? Só que conseguimos provar, que nós havíamos feito o Concurso para o Instituto naquela época, então éramos concursados, e o próprio Reitor Antonio Celso, já tinha um olhar para resolver essa questão. Mas essa não foi plena, nós não passamos a ser, verdadeiramente professores da UERJ, porque não podíamos ser chefe de Departamento, não podíamos ter carga de aula dobrada. (Prof. Malu)

Também o Movimento Social se manifestou sobre essa questão: “O SEPE lutava pela isonomia, não poderiam existir dois profissionais que realizavam mesma função ganhando salários diferentes.” (José Zumba)

Thompson (1992) afirma que ao falarem, os depoentes reconstituem cenários de sua vida individuais, e assim quando o professor Setembrino fez o seu depoimento percebi a indignação em seus movimentos, é como se estivesse vivendo aquele momento novamente. E ainda Santos considera que:

Lembrar não é a re-excitação de inumeráveis traços fragmentados, fixos e sem vida. É uma reconstrução, ou construção imaginativa, construída a partir de nossa atitude em relação a uma massa ativa de reações ou experiências do passado organizadas, e em relação a pequenos detalhes importantes que comumente aparecem em imagem ou na forma da linguagem. (SANTOS, 2003, p.2)

Diante dos depoimentos ainda sobre a questão da incorporação dos professores, a ex-aluna Nádia considera:

Na época existia uma divisão clara entre professores do Estado e os professores da UERJ. (...) Uma boa parte dos professores do Estado considerava que nós éramos contrários a eles quando, na verdade, a nossa luta era pela ampliação do espaço universitário, e a gente considerava que para ampliar e a unidade ser de fato reconhecida, era necessário um maior investimento em concurso para Caxias. E a gente teve nesse período um embate muito sério entre os professores do Estado e os

professores da UERJ. E assim em nível de desenvolvimento do trabalho, nós tínhamos professores muito bons em ambos os grupos (...) Nós não assumimos essa bandeira (no Centro Acadêmico), e isso era um problema porque os professores do Estado se mostravam magoadíssimos com a postura do Centro Acadêmico, (...) Nós considerávamos que não deveria existir esta incorporação. Agora também nós nunca nos posicionamos, em nenhuma instância, de maneira a prejudicar o andamento disto. Ou seja, nós nunca colocamos isto como bandeira de luta do movimento estudantil. (Ex aluna Nádia Simões).

Já a ex-aluna Cristina Pires depõe: “Fizemos parte do Centro Acadêmico Henfil e as principais lutas eram: O prédio próprio, a incorporação dos professores do Estado à UERJ e a questão da autonomia da Faculdade, para desenvolver projetos e pesquisas.”

Percebemos nesses dois últimos relatos, que os olhares foram diferenciados nos depoimentos quanto ao Centro Acadêmico lutar ou não pela incorporação dos professores. Enquanto uma ex-aluna diz que na época eles não lutavam por essa questão, outra ex-aluna, da mesma época, diz que fazia sim, parte dessa luta. SANTOS, contribui para essa reflexão, afirmando que:

Mesmo considerando a presença da memória "em nós", precisamos considerar que esse "nós" não é uno e indivisível. Nós não somos capazes de lembrar com todos os detalhes nem mesmo um evento vivenciado algumas horas atrás. Se nos damos conta de que, além de ser seletiva, a memória envolve o esquecimento, podemos compreender melhor ainda a falta de controle que temos sobre ela, pois o que lembramos e esquecemos não é resultado apenas de nossas intenções e desejos declarados. Nós nos lembramos de detalhes aparentemente sem importância e esquecemos de faces, nomes e lugares que seriam fundamentais para nós. O esquecimento de experiências traumáticas pode acontecer independentemente de nossas vontades. (SANTOS, 2003, p. 3)

Outro diferencial de depoimento que encontrei também foi nos relatos do representante do Movimento Social José Zumba. Ao perguntar se considerava importante uma Universidade em Caxias, o mesmo respondeu que naquela época tudo era de grande relevância para a comunidade e ainda afirmou, que não tinha nada a nosso favor, até uma passarela conseguida era uma grande conquista e ainda mais uma Universidade. Mesmo que para ele a maioria da população nem se quer notou esta Universidade aqui na época, para a maioria da comunidade os universitários da Faculdade, ainda no Instituto, eram considerados como alunos do Colégio Roberto Silveira.

Como Zumba viveu todo esse processo histórico a partir de uma visão da comunidade, pois na época era um representante social, ele apontou um fato que nenhum outro entrevistado havia observado.

Para os alunos da FEBF virem para este CIEP na Vila São Luiz, crianças tiveram que sair. Os pais que tinham seus filhos matriculados nesse CIEP 090 se mobilizaram juntamente com a diretora da escola e fizeram abaixo assinado para essa deslocação das crianças não acontecer. (José Zumba)

Espero que esse trabalho seja apenas o início da preservação e socialização da história desta Faculdade. Pois se contarmos os anos dessa Instituição a partir do momento em que recebeu a denominação de Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, (documento oficial de criação – 16 de novembro de 1988) a Instituição hoje, encontra-se com 22 anos de existência. Se contarmos os anos desde o momento em que foi criada como Faculdade de

Educação no IEGRS (Decreto de 28 de janeiro de 1967) a Faculdade tem, neste momento, 43 anos de existência formando educadores para diversas áreas do nosso País.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

DALVI, Gelson Pereira. Novos Atores na Cena Universitária da UERJ: (re) construindo a história da FEBF. Rio de Janeiro, FSS/UERJ, Dissertação de Mestrado, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Sônia Maria; História Oral: Possibilidades e Procedimentos; Humanitas; São Paulo; 2006.

GRUNBERG Evelina. Manual de atividades práticas de educação patrimonial /Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004

JUNQUEIRA, Sérgio R. Conhecimento local e conhecimento universal. Pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Editora Champagnat, 2004. Volume 1. ENDIPE.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História e Memória”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). História: Pensar e Fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História – Universidade Federal Fluminense, 1998

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História e Memória: o caso do Ferrugem. Rev. Bras. Hist., 2003.

THOMPSON, Paulo (1935-). A voz do passado - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Site acessado, [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br), em outubro de 2010